

NATUREZA URBANA: PARQUES INFANTIS E ESCOLA AO AR LIVRE EM SÃO PAULO (1930-1940)

Ms. ANDRE DALBEN

Mestre em educação física (Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

E-mail: andredalben@yahoo.com.br

Dr^a. KÁTIA DANAILOF

Doutora em educação (Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)
Faculdade de Americana (FAM), curso Educação Física

GTT Memórias da Educação Física e do Esporte (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE)

E-mail: katia.danailof@uol.com.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é refletir sobre as premissas de uma educação do corpo circunscrita ao espaço da natureza na cidade de São Paulo entre os anos de 1930 e 1940. Visando identificar por que esses espaços se tornaram atraentes, em especial, para a educação da infância, pautar-nos-emos por dois projetos: os Parques Infantis, estruturados pelo Departamento de Cultura de São Paulo, sob a direção de Mário de Andrade (1934 a 1938), e a Escola de Aplicação ao Ar Livre, criada pelo Departamento de Educação Física do estado de São Paulo no ano de 1939.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza; cidade; educação do corpo; história.

INTRODUÇÃO

Uma história cultural do urbano, tal qual aponta Pesavento (1995), implica considerar a possibilidade de pensar a cidade a partir de suas representações, cuja leitura é orientada por textos e imagens que constroem a moderna urbe.

Na cidade de São Paulo, anos de 1930 e 1940, impera a ambiguidade entre um passado recente, que deveria ser esquecido, e a projeção da modernidade tangível em edifícios e espaços construídos para abrigar instituições infantis. As condições em que natureza e cidade dialogam expõem contradições que cercam a necessidade de contínua (des)construção da cidade, visando a saúde e a educação da população, elementos indispensáveis à nova consciência da urbe, que deveria ser civilizada, ordenada, limpa. A cidade é pensada, nesse sentido, a partir das contradições reinantes no período, dentre as quais destacamos: a “pressão que os progressos materiais exercem sobre as mentalidades” e o retorno ao passado (LE GOFF, 2003, p. 202).

Parques Infantis (1934-1938) e a Escola de Aplicação ao Ar Livre (1939-1956)¹ expõem a ambiguidade entre progresso/atraso, presente/passado, antigo/novo, na medida em que os parques, na “cidade locomotiva”, são ressignificados e transformados em espaços que agregam dois elementos essenciais às transformações das formas de pensar e de agir da população. São eles: um refúgio na história brasileira e um abrigo de cuidados com o corpo adequados aos modernos preceitos de higiene e de educação.

A CIDADE E OS PARQUES

A cidade de São Paulo registrava 47.697 habitantes no ano de 1886, chegando a 579.033 em 1922 e atingindo, em 1940, o total de 1.326.291 moradores. A classe operária, principal responsável pelo aumento populacional, era composta, em sua maioria, por imigrantes – italianos, espanhóis, polacos, portugueses etc. – e constantemente associada a uma influência nociva de sua chegada ao Brasil, considerando a “degradação dos costumes, as práticas dissolutas, o alcoolismo, o jogo, o crime, as doenças que penetram pelo porto de Santos” (RAGO, 1997, p. 11).

A moralização e normalização da sociedade, conforme sugerem as ações do prefeito Fábio Prado, ultrapassavam os limites da fábrica e eram reconhecidas como formas de controle e desmobilização da população. Tal controle seria efetivo na

1. Em 1956 a Escola de Aplicação ao Ar Livre passou a ser subordinada diretamente a Secretaria da Educação, alterando seu nome para Grupo Escolar e Ginásio Experimental Dr. Edmundo de Carvalho, em homenagem ao seu fundador.

medida em que a imagem dos operários como “bárbaros” justificaria um processo de disciplinarização e civilização dos costumes.

O projeto da cidade modelo brasileira – ou “cidade disciplinar”, utilizando o termo adotado por Rago (1997) – reunia projetos que envolviam a construção da “fábrica higiênica”, a valorização do trabalhador, assim como de que formas as horas de descanso seriam utilizadas. Como membro da associação patronal, Fábio Prado era favorável à ideia de que, atendendo à necessidade da classe operária, seria possível domesticá-la por meio de ações voltadas para a normatização e moralização da sociedade, utilizando-se de propostas que reforçassem a imagem da cidade de São Paulo como cidade moderna.

Soma-se aos problemas advindos com a imigração o “abandono” das crianças por parte dos pais, considerado um problema médico e social. Tal condição dá origem à criação das primeiras “instituições de assistência e proteção à infância desamparada”, bem como institutos profissionalizantes, expondo, dessa forma, diferentes compromissos educacionais conforme a condição da criança, significando desde o formar, “modelar”, até a possibilidade de corrigir comportamentos e hábitos viciosos (idem, p. 117-119).

Família, escolas, centros de saúde, creches, asilos infantis, colônias de férias e os parques infantis são alguns dos espaços que deveriam abrigar as crianças e, com isso, a cidade passou a ser mapeada pelas ações destinadas à infância, gerando assim sua institucionalização. Apesar da singularidade das ações que caracterizam e diferenciam esses espaços, cada um serviria e contribuiria para com a sociedade. Considerando os extremos não como pólos opostos, antagônicos, mas em tensão, ambos podem ser lidos a partir de um “*continuum simbólico*”², gerando diferentes objetivos no que se refere à educação das crianças, idealizados a partir do lugar que são encontradas.

Em São Paulo, os Parques Infantis e a Escola de Aplicação ao Ar Livre são dois dos espaços que concentram um grande número de crianças e, com elas, um ideal de futuro condizente à estruturação de uma nação moderna. As práticas inerentes a ambos recuperam fios rompidos dessa trama urbana, objetivando a construção de um país de ordem e progresso.

Na primeira metade do século XX, é possível observar uma transformação da cidade que ocorria tanto no que se refere ao espaço público, com os projetos

2. Vianna, ao citar o *continuum simbólico*, refere-se, especialmente, aos extremos entre as instituições “Escola Premonitória Quinze de Novembro e Colônia Correcional”, para onde as crianças eram levadas conforme o grau do delito. No entanto, aproprio-me do termo pensando nas instituições “intermediárias” situadas entre a casa da família e as instituições correcionais. Ver, especialmente, Vianna (2002, p. 30).

de remodelação urbana, nos quais o traçado da cidade era redefinido com a abertura de avenidas, construções de parques e praças, calçamentos, retificação dos rios e córregos, assim como no espaço privado, com inovações arquiteturais que aboliam as alcovas residenciais, afastavam as casas dos limites do lote e implantavam pequenos jardins (REIS FILHO, 2004). Tais alterações faziam parte de um imaginário que procurava conferir ares mais modernos à cidade, visando organizá-la e saneá-la.

No processo de urbanização, a natureza era cada vez mais exaltada como benéfica para a vida da cidade. Sua presença encontrava-se tanto nos discursos quanto nas inovações arquiteturais. Uma natureza construída e organizada especialmente para o urbano, onde jardins, praças e parques projetados ganhavam destaque. Tais espaços não apresentavam uma natureza preservada, sem interferências humanas, muito pelo contrário: eles organizavam uma vegetação própria, uma paisagem controlada. Os parques, para o período, eram considerados como um reduto com elementos que proporcionariam uma terapêutica higiênica e fortificante aos frequentadores: sol, água e ar, apreciados por parte do pensamento médico-higienista como forma de retorno a uma natureza adaptada pela vida urbana.

Como observado por Keith Thomas, o sentido e a necessidade de um retorno à vida natural, "por sentimentais que sejam, [...] refletem o desconforto gerado pelo progresso da civilização humana; e uma relutância a aceitar a realidade humana e industrial que caracteriza a vida moderna" (1996, p. 302). Num momento em que as cidades continuavam a crescer e em que as novas tecnologias proporcionavam à população sensações e perspectivas outras, o controle e o domínio dessas sensações se faziam necessários (SEVCENKO, 1998). Era preciso reconquistar um momento anterior, nostálgico, no qual a corrupção social criada pela vida no meio urbano não se impunha, redescobrir uma transparência perdida, uma inocência original (STAROBINSKI, 1991).

O regresso às sensibilidades já conhecidas e idealizadas, a obediência às leis da natureza, teorias tidas como imutáveis, de certa forma confortavam. O olhar sobre a cidade como o oposto do ambiente natural tornava-se inevitável e o urbano, visto como local da degenerescência, de imundices, corroborava a perspectiva de que um parque, repleto de elementos naturais, seria um ambiente adequado para esse retorno, visando unir a natureza aos preceitos científicos da higiene para assegurar a saúde e educação dos futuros cidadãos.

PARQUES EDUCATIVOS

José Madureira, em 1934, ao discutir o papel da educação física nas escolas primárias de São Paulo, utilizou-se dos levantamentos feitos pelo Departamento

de Educação Física (DEF-SP), órgão subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, para apresentar a quase inexistência de pátios escolares para as aulas dessa disciplina. Como solução ele propôs que elas fossem realizadas em largos próximos aos estabelecimentos de ensino. Tal proposta enfatiza a relação estabelecida entre os locais verdes e a educação física infantil.

[...] muitos grupos escolares não possuem pátios que devem ser preferidos para aulas de physicultura. Foi o que verificou agora o Departamento de Educação Physica. Este empecilho, porém, poderá ser removido, pois todos os grupos ou escolas devem ter próximo um largo, que suppra a deficiência de local no próprio estabelecimento (MADUREIRA, 1934, p. 208).

O Departamento de Educação Física, citado por Madureira, fora criado em 1931, pelo médico-sanitarista Arthur Neiva. Até a publicação do decreto de criação do departamento, Arthur Neiva, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, manteve importantes cargos de administração e chefia, tanto em comissões científicas, quanto em institutos e secretarias, tendo construído uma eminente carreira nas áreas da medicina e da biologia.

Iniciou seu percurso profissional de destaque nacional em 1912 enquanto chefe, em conjunto com Belisário Penna, da expedição médico-científica do Instituto Oswaldo Cruz que percorreu onze estados, recolhendo elementos para elaborar um relatório médico-sanitário das condições brasileiras de saneamento. Sua carreira foi também marcada pela liderança da Liga Pró-Saneamento do Brasil, entre 1918 e 1920, assim como pelo cargo de direção do Serviço Sanitário de São Paulo em 1916. O fato do fundador do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo ter sido um sanitário com tamanha representatividade é emblemático das relações estabelecidas na época entre uma política médico-higienista e o exercício físico.

É de autoria de Arthur Neiva a famosa frase: "São Paulo é a locomotiva que arrasta vinte vagões, constituídos pelos Estados, e cujos passageiros bramam e reclamam da máquina, quando esta solicita dos poderes centrais combustível para arrastar o trem pesadíssimo que ela, a arfar, vai puxando em rampa forte" (NEIVA, 1940, p. 26). Do mesmo modo que era usual no vocabulário médico da época a metáfora do funcionamento do corpo humano como máquina, Neiva assemelhou a economia brasileira ao trem, símbolo de força e prosperidade, colocando o estado de São Paulo como o principal responsável pelo crescimento econômico brasileiro.

Durante toda a sua carreira foram a saúde e a economia de São Paulo suas principais preocupações. Seu nome é também bastante conhecido pela nomeação feita em 1927, pelo então secretário da agricultura Fernando Costa, ao cargo de diretor do recém-criado Instituto Biológico de São Paulo.

A ligação que Neiva manteve, tanto com a Secretaria de Agricultura de São Paulo, responsável pelo Instituto Biológico, quanto com a Secretaria de Educação e Saúde Pública, sempre rendeu frutos ao Departamento de Educação Física, uma vez que grande parte dos terrenos e estabelecimentos nos quais o DEF-SP manteve unidades, como as colônias de férias, inauguradas na década de 1940, eram de propriedade da Secretaria de Agricultura. Locais, em sua maioria, retirados do ambiente citadino, com grandes áreas verdes, como o Instituto de Pesca, em Santos, e a Fazenda Experimental Mista de Pindamonhangaba. Da mesma forma ocorreu com o Parque da Indústria Animal³, local no qual foram construídas as instalações da Secretaria da Agricultura e onde ocorreram por 17 anos as aulas da escola infantil experimental fundada pelo DEF-SP em 1939, a Escola de Aplicação ao Ar Livre.

Situado no bairro operário da Água Branca, o Parque da Indústria Animal foi criado em julho de 1929 para ser um recinto de exposições e provas zootécnicas e abrigar as instalações da Secretaria da Agricultura. Na sua inauguração, contava com diversas construções – tanque para peixes, pequeno zoológico, baias, campo de exposição de animais, jardins e até um cinema mudo. Os prédios construídos em estilo normando foram projetados por Mário Whately, professor da Escola Politécnica de São Paulo e responsável também por desenhar o prédio do Instituto Biológico; já os vitrais de sua entrada, em estilo *art déco*, foram desenhados por Antônio Gomide, reconhecido artista plástico do movimento modernista. Em suas instalações, funcionavam seções da secretaria estadual, como as de veterinária, caça e pesca, produção animal etc. O recinto de exposições, um descampado central e margeado em uma das laterais por uma arquibancada, recebia constantes exposições agropecuárias. O parque também era considerado um local de passeio e de divertimento, isso em razão de sua natureza exuberante, de suas construções nórdicas e de seus animais exóticos.

O Parque da Indústria Animal era tido pelo Departamento de Educação Física como excelente “ambiente educativo, pelo seu aspecto bonito e agradável, suficientemente espaçoso para as atividades ao ar livre, além de possuir viveiros e outros elementos úteis à ação do educador. As aulas pod[er]iam ser dadas debaixo das árvores ou em lugares agradáveis às crianças” (ABADE, 1941, p. 26). Dentre seus edifícios nenhum foi projetado para abrigar uma instituição infantil. Era utilizado pela Escola de Aplicação ao Ar Livre um dos pavilhões da Secretaria de Agricultura, no qual funcionava o seu refeitório. As atividades escolares ocorriam em sua maioria ao ar livre e contavam com “cadeiras leves, portáteis, para alunos e professores”,

3. O Parque da Indústria Animal, criado em 1929, posteriormente ganhou o nome de seu fundador, Parque Fernando Costa, hoje em dia conhecido popularmente por Parque da Água Branca.

espreguiçadeiras para os banhos de sol, “mesa para 4 a 6 alunos cada uma”, quadro negro portátil, material didático e “um pequeno espaço [...] reservado para a horta escolar” (idem, *ibidem*).

O plano de organização da Escola de Aplicação ao Ar Livre, anexo ao seu decreto de instituição, via seu espaço como o melhor local para a educação infantil, pois se tratava de um ambiente puro e, como tal, o desenvolvimento tanto biológico quanto psíquico das crianças ocorreria de forma saudável e estimulante. A proposta educacional consistia em subtrair as influências externas consideradas nefastas e anti-higiênicas, deixando a natureza fazer sua obra sobre os planos moral, intelectual e físico da criança. O professor, nesse ambiente, seria apenas aquele que reforça as vontades naturais e boas existentes no interior de cada criança.

Um gênero de vida sã, num ambiente sadio, em que se cultive a atividade infantil espontânea, é o melhor meio para conservar na criança a sua saúde física e mental.

As escolas ao ar livre são, sem dúvida, as que dão maiores oportunidades para o desenvolvimento físico, que é a base de todas as manifestações vitais, físicas e psicológicas. A simples permanência ao ar livre, à luz e ao sol, isto é, a vida no seu mais íntimo contacto com a natureza, é elemento que por si só, vem beneficiar o organismo infantil. A respiração em um meio puro é uma necessidade e uma exigência para os organismos infantis em pleno desenvolvimento e que, no mais das vezes, principalmente nos centros urbanos, são obrigados a permanecer em lugares confinados e pouco higiênicos. Sob o ar puro e a luz, a circulação se ativa, a assimilação e a mobilidade são estimuladas e, em consequência, o apetite redobra, aparecem a vivacidade e a energia de movimento, acompanhadas da sensação de bem estar e de alegria.

[...] Se adicionarmos ainda a esses efeitos benéficos, uma educação física racional e mais atividades educativas, baseadas no interesse da criança, que venham enriquecer o conteúdo de sua experiência, teremos o ideal em educação (idem, p. 25).

Já os Parques Infantis foram sistematizados pelo Departamento de Cultura de São Paulo no ano de 1934, durante a gestão de Mário de Andrade (1934-1938), e permaneceram até o ano de 1975, momento em que os parques passam a ser denominados Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis) e oficialmente deixam de existir. Mário de Andrade contava com o apoio de Paulo Duarte, Plínio Barreto, Anhaia Mello, Fernando de Azevedo, entre outros, para a idealização e posterior estruturação desse projeto (NIEMEYER, 2002, p. 55). Na capital federal, Gustavo Capanema iniciava sua gestão como ministro de Educação e Saúde (1934-1945) e defendia: “construir uma representação do novo Brasil, alicerçado num povo ativo, jovem e saudável – mas que conta com uma tradição a ser preservada” (BATISTA, 2002, p. 15).

A renovação educacional e cultural realizada em São Paulo incluiu: a criação da Escola de Sociologia e Política em 1933, com o objetivo de formar administradores públicos qualificados; e a Universidade de São Paulo em 1934, que colaboraria com a formação de profissionais nas áreas científicas. Conforme relata Batista (2002), Capanema consultava constantemente Mário de Andrade, mantendo assim uma relação direta com as recentes propostas em educação e saúde para o país. O projeto de criação do Departamento de Cultura foi, então, uma consequência desse encontro entre o sonho modernista e a possibilidade, conferida pelo ministro, de popularizar a educação.

Auxiliado por Fernando de Azevedo, o urbanista Anhaia Mello enfatizava a necessidade de que os parques deveriam ser atraentes a jovens e crianças e localizarem-se próximos aos bairros operários, ou seja: “o mais possível perto das escolas e das famílias” (AZEVEDO, 1960, p. 319). Segundo o ato n. 767, de 1935, do Departamento de Cultura, os parques deveriam: “[...] servindo à educação moral, higiênica e estética das crianças, contrib[ir] para despertar o interesse das famílias por essas escolas populares de saúde e de alegria”.

Como ambiente ideal para a cura, inclusive da tuberculose, a natureza ganhava cada vez mais o interesse dos médicos. Associada à educação, os parques públicos não seriam considerados apenas o “pulmão da cidade”, mas espaços que substituiriam a contemplação da paisagem verde, o contato com a natureza e o ar livre, por atividades orientadas. Deveriam, antes, servir aos critérios de higiene e moralização do trabalhador, cujos benefícios refletiriam na estética urbana e na educação da sociedade para o mundo do trabalho (NIEMEYER, 2002, p. 61). Conforme cita Anhaia Mello, “O tapete de relva transformou-se no playground, no play-field; o lago, na piscina ou no skatinpound” (MELLO apud NIEMEYER, 2002, p. 64).

A proposta inicial dos Parques Infantis destaca a necessidade de ocupação do tempo livre das crianças – filhos e filhas dos operários – e, assim, eram instalados nos parques próximos às fábricas. O objetivo seria despertar o gosto por hábitos saudáveis, destacando, ainda, características valorizadas no convívio social “como a solidariedade, a comunicabilidade e a cooperação”, condizente à visão que se difundia em diferentes instâncias sociais sobre as crianças como “construtoras essenciais da vida”. Fundamentando um projeto amplo, proporcionaria às crianças um possível ambiente de encontro. Considerava que, com o crescimento das “cidades industriais” brasileiras:

[...] a densidade da população, a valorização crescente dos terrenos, o movimento cada vez mais intenso nas vias públicas e as construções de casas e apartamentos e de habitações coletivas concorrem para limitar cada vez mais, senão para subtrair às crianças espaços

ao ar livre, pátios, terreiros e jardins de que necessitam para seus jogos, exercícios e divertimentos (RAM, 1936, p. 81).

Segundo Fernando de Azevedo (1960, p. 319), não bastaria que essas praças fossem úteis, aparelhadas “com o necessário para o fim higiênico e recreativo. Não bastará que sejam belas e convidativas. É preciso também que sejam núcleos de espírito nacional”. Acentuando a importância da dimensão simbólica e formativa, o caráter nacional projetar-se-ia tanto na estrutura arquitetônica, que deveria ser “abrasileirada”, como nos conhecimentos ensinados, tendo como princípio a adoção e a restauração da cultura popular:

Foi, por isso, que, em nosso projeto, tivemos a preocupação de imprimir às construções, pela mão hábil de Wash Rodrigues, o cunho do estilo colonial, bem marcado nos edifícios e abrigos de telhados de telhas romanas ou de canal, de beirais fartos e pontas viradas à maneira antiga, nos alpendres acolhedores, nos portões de ferro forjado com lampião ao centro e ornado (como a voluta), nos caramanchões e pérgulas de colunas jônicas, nos repuxos e nos chafarizes arcaicos, com a água vertente dos golfinhos, e, enfim, em toda a obra arquitetônica e decoração, desde o seu conjunto homogêneo até os seus pormenores e motivos ornamentais. Em tudo, nesses recantos pitorescos, desde as construções modeladas pelo estilo tradicional, no que tem de mais característico, na sua simplicidade severa, até na jardinagem em que se aproveitarão quanto possível as plantas e as árvores indígenas (com suas respectivas etiquetas de nomes vulgares) e nos viveiros de pássaros, deve respirar o espírito do país, sob cuja influência se terá de desenvolver a mentalidade das gerações descendentes de estrangeiros, e tanto mais úteis à nossa pátria, quanto mais integradas nos hábitos e tradições nacionais (idem, p. 322).

Para Azevedo, os parques deveriam ser instalados em locais “secos e espaçosos [...] afastados de ruas de grande trânsito e expostos amplamente a um ar puro”. Além de “tanques de vadar (um de 13,5 m e outro de 15 m de diâmetro), com seus respectivos deslizadores, abrigos e telheiros, [...] dois caramanchões, [...] uma sala de ginástica” (idem, p. 315-316) e o *playground*, o qual merece destaque na configuração arquitetônica, que seriam caracterizados por:

[...] um pátio de aparelhos, para distração ao ar livre de caráter higiênico e educativo: a) bateria de gangorra; b) escadas horizontais; c) deslizadores ou planos inclinados grandes e pequenos, por onde sobem as crianças para deslizar e cair no tanque de vadiar ou em montões de areia; d) pórticos de madeira ou de aço com balanços, escadas de cordas, etc.; e) uma carrossel ou um passo volante (aparelho ajustado a um mastro firme, que gira por um mecanismo de carrossel e provido de cordéis, com argola a uma altura graduada conforme o tamanho das crianças, que, segurando-se nelas, giram rapidamente ao redor do aparelho) (idem, p. 319).

A construção dos Parques Infantis traz referências concretas sobre a formação de hábitos pautados em parâmetros nacionais. A arquitetura neocolonial, as plantas e árvores brasileiras, em conjunto com os modernos aparelhos arquitetônicos, como “argola a uma altura graduada conforme o tamanho das crianças”, realçam um silencioso discurso.

Aparelhos à altura das crianças, as áreas verdes e o ar livre são elementos representativos de um comportamento observado como “natural” na criança e que deveria ser respeitado na medida em que seu desenvolvimento seria determinante, aos olhos dos adultos, à dinâmica desses espaços. Cabe lembrar que a rua, em certo sentido, permitia essa liberdade até o momento que passa a ser considerada como local de vadiagem, de mendicância e vícios. Nicanor Miranda (1945, p. 49), então diretor da divisão de recreios e Parques Infantis, discute tal relação e sustenta que:

A criança não procura a rua, procura o espaço, a área de jogo, os companheiros que a ajudem a preencher o desejo irremediável de jogar. Mas a rua – a não ser que seja uma especial (“play street”) e que não existe no Brasil – não pode ser meio propício. A vivificação dos instintos anti-sociais e a ausência de controle e observação do comportamento da criança transformam a rua em geradora de pequenos delinquentes.

[...] A cidade vê-se assim, quer queira quer não, obrigada a resolver o problema da recreação da juventude. As crianças e os adolescentes não devem ficar privados de suas necessidades biológicas. Sol, ar livre, companheiros, logradouros, apropriados para jogar, são elementos imprescindíveis à vida juvenil.

Os Parques Infantis oferecem-lhes as oportunidades que teriam se vivessem no campo. A criança parqueana não escala montanhas, mas sobe nas escadas verticais. Não trepa em árvores – porque ale se deve ensinar também o amor e o carinho para com as árvores – mas equilibra-se e caminha nas escadas horizontais, como se passasse de galho a galho nas árvores do campo. Não monta a cavalo, mas balança-se nos aparelhos e fira nos carruséis [...]

Contrapondo-se à imagem da rua, os parques eram reafirmados como espaços que alteravam a própria experiência corporal da população infantil no cotidiano das grandes cidades. A preocupação com a arquitetura, seu traçado, confundia-se com permanências de um espírito nacional imutável, bem como com a transitoriedade da vida moderna. Os aparelhos arquitetônicos presentes nos Parques Infantis e a construção em estilo colonial reúnem elementos para pensar o significado dessa “nova” forma de viver a cidade.

Diferentemente dos Parques Infantis, muitos deles projetados pelo próprio Departamento de Educação Física, o Parque da Indústria Animal não foi construído para ser um ambiente educacional. Sua arquitetura, de estilo normando, era aprovei-

tada pela Escola de Aplicação ao Ar Livre para as aulas. Ela não remetia a um passado colonial brasileiro. Ela estava mais próxima a uma idealização pictórica de natureza.

Os elementos brasileiros não se faziam presentes no traçado de seus prédios e na sua vegetação. Fato esse que se alteraria em 1954 com a sua transferência de endereço e instalação em um edifício projetado no bairro da Lapa. O prédio desenhado pelo arquiteto Roberto José Goulart Tibau foi construído em decorrência de um acordo estabelecido entre a prefeitura de São Paulo e o estado. Tal acordo ficou conhecido pela designação de Convênio Escolar⁴. Seu projetista, carioca formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura, após ter estagiado no escritório de Oscar Niemeyer, foi para São Paulo em 1949, com o objetivo de trabalhar em uma construtora, só que terminou por ser entrevistado pelo arquiteto Hélio Duarte, então encarregado de formar uma equipe para o Convênio Escolar.

Durante a existência do Convênio Escolar, de 1948 a 1955, foram projetadas inúmeras escolas, assim como teatros populares (nos bairros da Mooca, Vila Mariana e Santo Amaro), Parques Infantis, centros de saúde, bibliotecas e o planetário no Parque Ibirapuera. Sessenta e cinco edifícios escolares foram construídos, entre eles o da Escola de Aplicação ao Ar Livre. Eram construções que rompiam com os modelos ecléticos da escola monumento, majestosa e austera, cedendo lugar a uma escola horizontal, em meio a jardins e gramados. Apresentava uma arquitetura moderna, que refletia em concreto toda a ideologia pedagógica da Escola Nova, com espaços arquitetônicos abertos, de traços limpos e simples, que ofereciam local propício para as aulas de educação física. O prédio contava, ainda, com espaços para pequenas hortas, viveiros, laboratório de fisiologia, assistência social, gabinetes médico e dentário, sala de dança e palco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito às construções escolares, apesar de ser atribuída a Anísio Teixeira sua inovação, outros intelectuais da educação também a ela se dedicaram. Fernando de Azevedo, em sua obra *Novos caminhos e novos fins*, de 1934, reservou um capítulo específico intitulado “O problema dos prédios escolares”, expondo que a Escola Nova necessitava de novos tipos arquitetônicos de edifícios escolares. Tais prédios deveriam diferenciar-se daqueles com “fachada imponente e de grande vo-

4. O embrião da proposta do convênio mantém linhas de relações com o trabalho do educador baiano Anísio Teixeira, um dos pioneiros do movimento da Escola Nova. Já em 1931, quando secretário da Educação do estado do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira idealizou o que chamaria de parques-escolares. Sobre o tema ver: Lipai (2004) e Dórea (2001).

lume de massas, com pequenas áreas internas e reduzido espaço para recreios, com suas salas de aula mal arejadas e iluminadas, apertadas entre corredores e vestibulos” (idem, p. 226), ou seja, diferenciar-se dos edifícios em estilo eclético, monumentais, que remetiam a uma pedagogia tradicional e a um passado elitista da educação.

Os novos prédios deveriam contar com “salas de clinica e assistencia dentaria; o pavilhão de gymnastica ou gymnasio, o museo, a bibliotheca e as oficinas de trabalhos manuaes e de pequenas industrias” (idem, p. 227). Seu ambiente deveria conter “a agua viva, na fonte, nas piscinas ou nos tanques de vadear, os jardins e as arvores, que a circumdam e a emmolduram” (idem, p. 228). Seu terreno seria afastado das ruas e sua construção completamente isolada das adjacentes por árvores, cercas vivas ou jardins. O ambiente da escola seria tanto melhor quanto mais ela fosse localizada no interior de parques e praças ajardinadas, ou então em locais afastados dos centros urbanos, ambiente considerado perigoso em razão de sua artificialidade. Segundo Azevedo:

[...] todo o predio destinado á escola, deve ser, por isso mesmo, em sua propria estrutura, um 'ambiente educativo', a todos os respeitois, é preciso imprimir á architectura escolar o cunho que provém de nossa origem, de nossa evoluçãõ histórica e das condições ambientes (idem, p. 227).

As paredes das escolas, que pelo seu próprio traçado já imprimiam discursos, também serviram, nessa época, da ditadura populista de Getúlio Vargas, como base para pendurar a bandeira nacional, as imagens de homens ilustres, os símbolos da religião e da ciência, máximas morais e higiênicas, e o relógio, expressando assim toda uma instrumentação da escola a serviço de ideais nacionais, religiosos, científicos e morais. Como observa Agustín Escolano (1998, p. 26):

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os da ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

Os Parques Infantis, associados ao Departamento de Cultura de São Paulo em 1934, podem ser considerados expressão do projeto ideal para Fernando Azevedo. Para o autor, os prédios escolares deveriam ser representantes de uma arquitetura que resgatasse uma origem brasileira, que exaltasse o sentimento de pertencimento a uma nação com um passado heroico. “Esse caracter tradicional, tanto nas suas linhas architectonicas, como na decoraçãõ de seus interiores, contribuirá para manter e desenvolver o ‘sentido de brasilidade’, pela consciencia das tradições restabelecidas numa architectura de cunho nacional, rica de suggestões históricas” (1934, p. 230).

A Escola de Aplicação ao Ar Livre, em contrapartida, nasceu em um espaço cedido pela Secretaria da Agricultura, no bairro operário da Água Branca, e oferecia a seus alunos todos os ideais de uma pedagogia baseada na natureza: sol, ar puro, água, jardins. No entanto, não contava com uma arquitetura específica para essa pedagogia, fator esse suprido pelo Convênio Escolar em 1954, o qual projetou um edifício específico para a sua instalação.

A natureza, não apenas como cenário, mas também como personagem dessa história, imprime sentidos e participa da educação infantil em ambos os espaços, participando ativamente na construção de um corpo infantil forte e dócil.

A Escola de Aplicação ao Ar Livre, assim como os Parques Infantis, foram tentativas de inscrever as propostas de educação em um projeto higiênico que visava utilizar a natureza para robustecer a criança, tornando-a ao mesmo tempo saudável e parte integrante de uma nação moderna em formação.

Urban nature: Child Parks and Outdoor School in São Paulo (1930-1940)

ABSTRACT: The objective of this study is to reflect on the premise of physical education confined to natural environments within the city of Sao Paulo in the 1930's and 1940's. Intending to identify why these spaces had become attractive, especially for child education, the study is based on two projects: the Child Parks, structured by the Department of Culture of Sao Paulo under Mario de Andrade (1934-1938), and the Outdoor School of Application, created by the Physical Education Department of São Paulo State in 1939.

KEYWORDS: Nature; city; physical education; history.

Naturaleza urbana: Parques Infantis y Escuela Al Aire Libre en San Pablo, Brasil (1930-1940)

RESUMEN: El objetivo de este estudio es reflexionar sobre las premisas de una educación del cuerpo circunscripta al espacio de la naturaleza en la ciudad de San Pablo, Brasil, entre los años 1930 y 1940. Buscando identificar por qué estos espacios se convirtieron en lugares atrayentes, en especial, para la educación de la infancia, tomaremos como base dos proyectos: los Parques Infantis, estructurados por el Departamento de Cultura de São Paulo, bajo la dirección de Mário de Andrade (1934 a 1938), y la Escola de Aplicação ao Ar Livre, creada por el Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, en el año 1939.

PALABRAS CLAVES: Naturaleza; ciudad; educación del cuerpo; historia.

REFERÊNCIAS

ABADE, I. A. A escola superior de educação física de São Paulo e sua escola de aplicação ao ar livre. *Revista de educação física*, Rio de Janeiro, ano X, n. 48, p. 24-27, set. 1941.

AZEVEDO, F. *Da educação física*. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

_____. *Novos caminhos e novos fins*. São Paulo: Editora Nacional, 1934.

BATISTA, M. R. (org.). Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 30: Mário de Andrade*, Brasília: IPHAN, n. 30, p. 7-23, 2002.

DALBEN, A. *Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DANAIOLOF, K. *Crianças na trama urbana: as práticas corporais nos parques infantis da São Paulo dos anos de 1930*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DEPARTAMENTO de Cultura. Ato n. 767, de 9 de janeiro de 1935. In: _____. *Regimento interno*. São Paulo: Departamento de Cultura, s.d.

DÓREA, C. R. D. *Anísio Teixeira e a organização do espaço escolar*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ESCOLANO, A.; FRAGO, A. V. *Currículo, espaço e subjetividade*. Rio de Janeiro: PD&A, 1998.

GONDRA, J. G. (org.). *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIPAI, A. E. Uma arquitetura para o fluir da vida. *Integração*, São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, v. 10, n. 37, p. 137-143, abr./jun. 2004.

MADUREIRA, J. Educação Physica infantil inexistente nas escolas primarias de São Paulo? *Revista de educação*, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 208, dez. 1934.

MIRANDA, N. *A harmonia entre o corpo e o espírito* (ensaios de educação física). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

NEIVA, A. *Coletânea*. Rio de Janeiro: s.ed., 1940.

NIEMEYER, C. A. da C. *Parques infantis de São Paulo: lazer como cidadania*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço urbano: por uma história cultural do urbano. *Estudos. Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAM. Noticiário: o Departamento de Cultura. São Paulo, v. 29, 1936.

REIS FILHO, N. G. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 3.

STAROBINSKI, J. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VIANNA, A. de R. B. Internação e domesticidade: caminhos para a gestão da infância na primeira república. In: GONDRA, J. G. (org.). *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 29-44, 2002.

Recebido: 27 jan. 2009

Aprovado: 21 maio 2009

Endereço para correspondência

André Dalben

Rua Alzira de Aguiar Aranha, 332 – Barão Geraldo

Campinas-SP

CEP 13084-750